

ACCI - Anexo I [2020.2]

Data de envio
27/01/2021 09:52:56
Endereço IP
189.89.63.174
URL de referência
http://sicapweb1.tce.al.gov.br/

ACCI - PODER EXECUTIVO

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?
Sim [Y]
Lei de Instituição do Controle Interno:
484/2011
Possui entidade da Administração Pública Indireta?
Sim [Y]
O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestres anterior, em audiência pública?
Sim [Y]
Onde foi realizada audiência Pública?
CÂMARA MUNICIPAL
A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?
Sim [Y]
O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?
Sim [Y]
A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?
Sim [Y]
Houve realização de operação de crédito?
Não [N]
Qual a modalidade da Operação de Crédito?
por antecipação da receita (ARO) [Q3]
Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?
Não [N]
As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?
Não [N]
O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?
Não [N]
Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?
Não [N]

A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?
Não [N]
A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?
Não [N]
O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?
Sim [Y]
As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?
Sim [Y]
As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?
Sim [Y]
As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?
Sim [Y]
Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?
Sim [Y]
Existem obras paralisadas?
Não [N]
Existem obras em andamento?
Sim [Y]
O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?
Sim [Y]
Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?
Sim [Y]
Houve abertura de créditos adicionais?
Sim [Y]
Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?
Não [N]
As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?
Sim [Y]
Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?
Sim [Y]
Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?
Sim [Y]
Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?
Sim [Y]
Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?
Sim [Y]
Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?
Sim [Y]

Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Sim [Y]

Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

Sim [Y]

As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Sim [Y]

Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Sim [Y]

Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Não [N]

Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Sim [Y]

Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?

Não [N]

Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Sim [Y]

Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Sim [Y]

Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

Não [N]

Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

Não [N]

Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Não [N]

Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Sim [Y]

Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Não [N]

Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Sim [Y]

Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Sim [Y]

A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?

Não [N]

Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Sim [Y]

A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Sim [Y]

A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Não [N]

O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

Sim [Y]

O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Não [N]

Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Sim [Y]

Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Sim [Y]

Existem servidores contratados por tempo determinado?

Sim [Y]

Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Sim [Y]

Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Não [N]

Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Não [N]

Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Não [N]

Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Não [N]

Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Sim [Y]

Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Não [N]

O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Não [N]

O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Sim [Y]

É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Sim [Y]

Houve despesa ordenada sem a autorização legal?

Não [N]

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Sim [Y]

As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos?

Não [N]

Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00?

Não [N]

O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Sim [Y]

O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Sim [Y]

O orçamento foi superestimado?

Não [N]

O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Sim [Y]

O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Sim [Y]

Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Sim [Y]

Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Não [N]

Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Sim [Y]

Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Não [N]

Houve despesa não empenha de competência do referente período?

Não [N]

Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Sim [Y]

Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Não [N]

Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Sim [Y]

Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Não [N]

O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Não [N]

O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Não [N]

Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Sim [Y]

O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Sim [Y]

Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Sim [Y]

Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Sim [Y]

O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Não [N]

Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

A Controladoria Interna do Município embora não tenha detectado ilegalidades no curso dos trabalhos realizados no exercício de 2020, não exclui a possibilidade de existência, visto que os testes foram realizados por amostragem, nos termos das normas que disciplinam as auditorias internas.

NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):

questões:

7 - não considerar por não ter a opção correta.

23 - Sim, Lei nº 1087/2020, 1103/2020 e 1108/2020;

35 - Elucido que o município de Teotônio Vilela cumpriu o período de Regime Especial de Pagamento de Precatórios, em acordo celebrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, o qual repassava mensalmente valores fixados pelo próprio Tribunal, sendo este responsável pela distribuição do pagamento aos beneficiários constantes no Mapa de Precatórios. Portanto, tendo em vista o cumprimento de todos os repasses, bem como a quitação do pagamento de todos os beneficiários constantes na ordem cronológica de precatórios.

67- apresentados através da Lei nº 1107/2020;

90 - Lei nº 913/2015